



Relatório de Riscos e
Oportunidades Sociais,
Ambientais e Climáticas

GRSAC

2022





Sumário

Introdução.....	3
Tabela GVR: Governança do Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático.....	4
Instâncias de governança do BB com atribuições no gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático (RSAC).....	4
Instâncias, suas responsabilidades e relacionamento	5
Reporte de informações relativas ao Risco Social, Ambiental e Climático	7
Critérios utilizados para assegurar a consideração do Risco Social, Ambiental e Climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão de diversos instrumentos	8
Formas de monitoramento dos objetivos estratégicos e das metas relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos.....	9
Tabela EST: Estratégias utilizadas no tratamento do Risco Social, do Risco Ambiental e do Risco Climático.....	10
Identificação dos eventos dos Riscos Social, Ambiental e Climático que geram possibilidade de perdas relevantes para o BB.....	10
Identificação de concentrações significativas, atreladas aos Riscos Social, Ambiental e Climático, nas exposições de crédito do BB	12
Incorporação dos Riscos Social, Ambiental e Climático nos negócios, nas estratégias e no gerenciamento de capital do BB.....	16
Hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono utilizadas pelo BB na realização de análises de cenários.....	17
Capacidade de adaptação do BB, frente as hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono	20
Tabela GER: Processos de gerenciamento do Risco Social, do Risco Ambiental e do Risco Climático.....	21
Processo de identificação, mensuração e avaliação dos Riscos Social, Ambiental e Climático.....	21
Critérios utilizados para a classificação das exposições quanto ao Risco Social, Ambiental e Climático	23
Mecanismos utilizados para a identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pelo BB	24
Mecanismos utilizados para o tratamento das interações entre os Riscos Social, Ambiental e Climático e os demais riscos.....	25
Processos de monitoramento, controle e mitigação dos Riscos Social, Ambiental e Climático	27
Mecanismos utilizados para o monitoramento de concentrações em setores econômicos, regiões geográficas ou segmentos de produtos e serviços mais suscetíveis a sofrer ou causar impactos sociais, ambientais e climáticos	29
Tabela MEM: Indicadores utilizados no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático.....	30
Indicadores quantitativos utilizados no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático	30
Tabela OPO: Oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático.....	34
Instâncias de governança da instituição com atribuições na identificação das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático, considerando as instâncias em seus diversos níveis	34
Identificação das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático que geram possibilidade de ganhos relevantes para a instituição em diferentes horizontes de tempo	35



Introdução

A sustentabilidade encontra-se expressa nas políticas e nos diversos compromissos voluntários assumidos. Sob essa premissa, a avaliação do desempenho organizacional vai além dos indicadores de natureza econômica, abrangendo variáveis atreladas à geração de valores sociais, à preservação ambiental e aos impactos diretos e indiretos de nossas atividades no ar, na água, na terra e na biodiversidade.

Nesse contexto, apresentamos o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas – Relatório GRSAC – em consonância com as recomendações da [Task Force on Climate-related Financial Disclosures \(TCFD\)](#), as demandas do supervisor, refletidas, principalmente, por meio da Resolução [CMN nº 4.943/2021](#)¹, Resolução [BCB nº 139/2021](#) e Instrução Normativa [BCB nº 153/2021](#) e as melhores práticas de mercado.

Por meio deste Relatório, evidenciamos nosso comprometimento com a transição para uma economia de baixo carbono e inclusiva, demonstrando a incorporação de questões sociais, ambientais e climáticas no desenvolvimento de nossa estratégia, bem como o aprimoramento dos processos de gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático (RSAC) e o fortalecimento da governança relacionada ao tema.

Cabe destacar que os dados aqui divulgados abrangem as atividades do nosso Conglomerado Prudencial, definido pela [Resolução CMN nº 4.950](#), de 30 de setembro de 2021, e o conteúdo aborda os aspectos de Governança, Estratégias, Processos de Gerenciamento dos riscos, Indicadores e Oportunidades associadas aos temas sociais, ambientais e climáticos.

¹ Define os Riscos Social, Ambiental e Climático como relevantes, propõe o aprimoramento da gestão desses riscos pelas Instituições Financeiras e altera a Resolução [CMN nº 4.557](#), de fevereiro de 2017, sobre estrutura de gerenciamento de riscos.



Tabela GVR: Governança do Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático

Descrição da governança do gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático.

Instâncias de governança do BB com atribuições no gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático (RSAC)

Nossa estrutura de governança estabelece diretrizes para a composição de um portfólio de negócios mais sustentáveis e com maior equilíbrio entre os riscos a que a instituição está sujeita e os retornos buscados. Alinhados à nossa [Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática \(PRSAC\)](#), buscamos, de forma integrada, abranger as dimensões econômica, social e ambiental nos negócios e na relação ética e transparente com os públicos de interesse, em atendimento à Resolução [CMN nº 4.945/2021](#). Nesse contexto, em consonância com a Resolução CMN no 4.943/2021, também revisamos a Política Específica de Gerenciamento de Riscos e de Capital, a fim de aprimorar as regras de gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático.

Ademais, avaliamos continuamente nossa estrutura de governança, buscando aderência aos aspectos e padrões previstos nas normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do

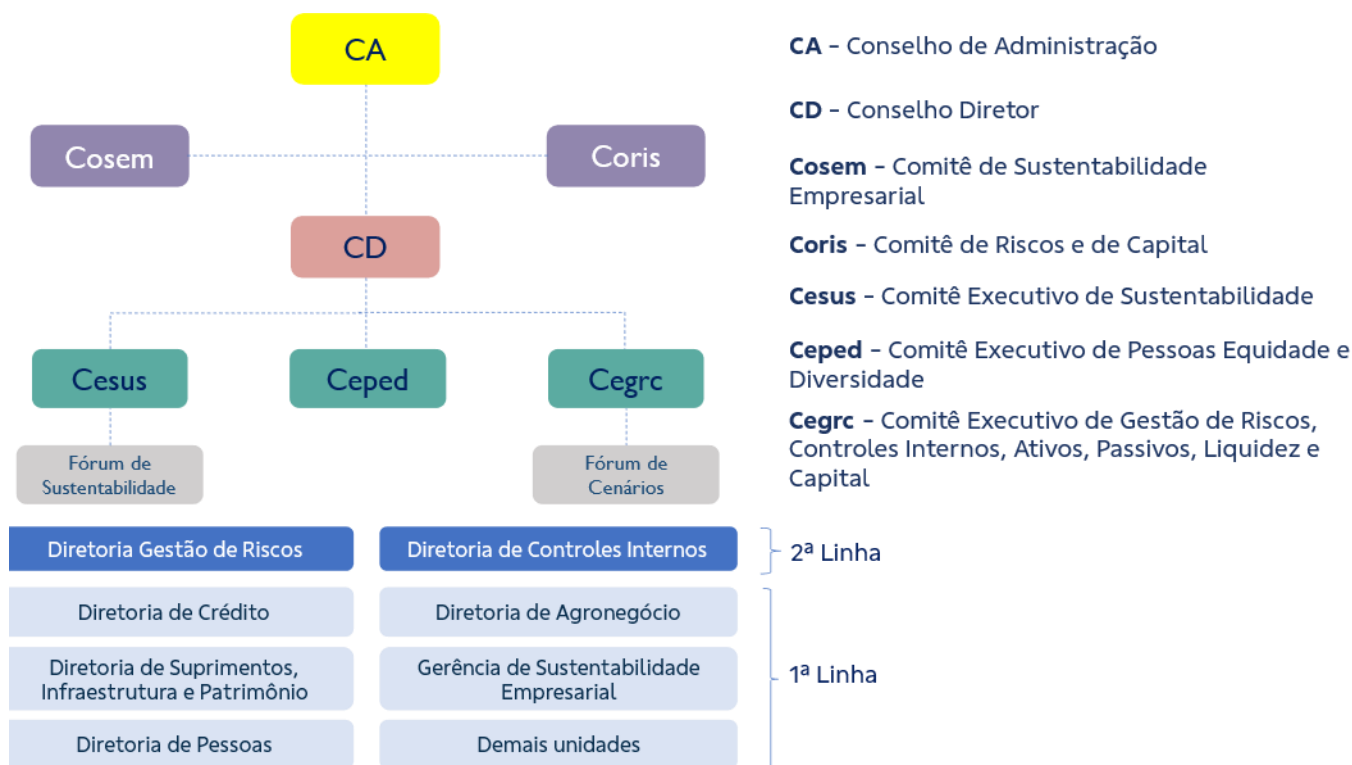
Brasil (Bacen), assim como, buscamos alinhamento às melhores práticas de gestão, observando definição de papéis e responsabilidades compatíveis nos diversos órgãos integrantes da nossa estrutura de governança.

Cabe destacar, que o modelo de governança para gerenciamento integrado de riscos e de capital, adotado pelo BB, contempla os seguintes aspectos:

- a) segregação de funções: negócio x risco;
- b) estrutura específica de gestão de riscos e capital;
- c) processo de gestão definido;
- d) decisões colegiadas em diversos níveis hierárquicos;
- e) normas claras e estrutura de alçadas; e
- f) referência às melhores práticas de gestão

A Governança da Sustentabilidade Empresarial e do Gerenciamento do RSAC possui o seguinte fluxo:

Figura 1. Governança da Gestão do Risco Social, Ambiental e Climático e suas Oportunidades



Instâncias, suas responsabilidades e relacionamento

Conselho de Administração (CA) – Órgão de administração que reúne atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras. Acompanha o desempenho social, ambiental e climático da instituição, bem como as iniciativas em andamento.

Conselho Diretor (CD) – Órgão colegiado formado por Presidente e Vice-presidentes; responsável por propor, aprovar e fazer executar ações e instrumentos relacionados às Políticas, à Estratégia Corporativa, aos Planos, ao Orçamento Geral, ao Acordo de Trabalho, aos lucros apurados, entre outros. Acompanha o desempenho social, ambiental e climático da instituição, além das ações correlatas em andamento.

O CA e o CD objetivam garantir o alinhamento do processo de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático com as definições e

direcionamentos das nossas políticas institucionais e da nossa Estratégia Corporativa.

Chief Risk Officer (CRO) – Executivo responsável pela gestão de riscos da instituição. No Banco do Brasil a função é desempenhada pela figura do Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos.

Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem) – Órgão colegiado que se reporta ao Conselho de Administração e tem por finalidade assessorar o CA em temas relacionados à sustentabilidade, considerando as melhores práticas de mercado e os compromissos assumidos pelo BB.

Comitê de Riscos e de Capital (Coris) – Órgão colegiado e estatutário de caráter permanente que assessora o Conselho de Administração no exercício das suas funções relativas à gestão de riscos, entre os quais o social, ambiental e climático.

Comitê Executivo de Sustentabilidade (Cesus) – Órgão vinculado ao Conselho Diretor e composto por Vice-presidentes e Diretores. Responsável pela aprovação e acompanhamento da execução do Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB, orientação para implementação de iniciativas em sustentabilidade com potencial impacto nos negócios e definição de diretrizes para o tema, além de conferir uma visão multidisciplinar às tomadas de decisão.

Comitê Executivo de Pessoas Equidade e Diversidade (Ceped) – Órgão vinculado ao Conselho Diretor e composto por membros da Diretoria Executiva². Responsável objetivos e diretrizes relativos a modelos e processos de gestão de pessoas e ao Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão.

Comitê Executivo de Gestão de Risco e Capital (Cegrac) – Órgão vinculado ao Conselho Diretor, composto exclusivamente por Vice-presidentes, cuja finalidade é aprovar estratégias, diretrizes e planos de contingências, além de acompanhar relatórios, resultados e evoluções, referentes à Gestão de Risco, Controles Internos, Gerenciamento de Capital e Gestão de Ativos, Passivos e Liquidez.

Fórum de Sustentabilidade BB – Apoia a incorporação, o alinhamento e a disseminação dos preceitos e práticas de sustentabilidade, além de acompanhar as iniciativas sociais ambientais e climáticas e a implantação das ações do [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#). Está subordinado ao Comitê Executivo de Sustentabilidade (Cesus) e é composto por gerentes executivos do Banco e da Fundação Banco do Brasil (FBB).

Fórum de Cenários – Analisa cenários macroeconômicos, idiossincráticos e de mudanças climáticas, com foco na sua integração com a estratégia corporativa e os riscos e oportunidades

relevantes. Composto por gerentes executivos, está subordinado ao Comitê Executivo de Gestão de Risco e Capital (CEGRC).

Gerência Autônoma de Sustentabilidade Empresarial (Gesem) – Área subordinada à Vice-presidência de Governo e Sustentabilidade Empresarial (Vigov) – Responsável pela condução do tema Sustentabilidade Empresarial e pelo gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa, com orientações estratégicas e de aculturação do tema.

Diretoria de Crédito (Dicre) – Área subordinada à Vice-presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (VICRI) – Responsável pelo gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa relacionado ao processo de crédito.

Diretoria de Suprimentos, Infraestrutura e Patrimônio (Disec) – Área subordinada à Vice-presidência Corporativa (Vikor) – Responsável pelo gerenciamento dos Risco Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa relacionado a compras, contratações, gestão de recursos logísticos e ecoeficiência.

Diretoria de Agronegócios (Dirag) – Área subordinada à Vice-presidência de Agronegócios (Vipag) – Responsável pelo gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa relacionado ao processo de crédito do agronegócio.

Diretoria Gestão de Riscos (Diris) – Área subordinada à Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (Vicri) – Responsável pela gestão corporativa do risco social, ambiental e climático, em 2ª Linha de Defesa.

Diretoria Controles Internos e Compliance (Dicoi) – Área subordinada à Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (Vicri). Responsável pela

² Composta por Presidente, Vice-Presidentes e Diretores do BB.

regulação e supervisão corporativa de riscos, atuando em 2ª Linha de Defesa.

De acordo com a Resolução [CMN nº 4.557/2017](#), o Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos é o responsável pelo gerenciamento de riscos do BB, indicado pelo CA.

Quanto à interação entre as Unidades Estratégicas, Táticas e Operacionais do BB para gestão e mitigação do risco social, ambiental e climático, adotamos o Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD), com base em três linhas de defesa.

1ª Linha de Defesa: Funções que gerenciam e têm propriedade sobre os riscos. Composta por: Gestores de Riscos Específicos e Tomadores de Riscos;

2ª Linha de Defesa: Funções corporativas típicas de gestão de riscos, controles internos e conformidade. Composta por: Áreas de Controles Internos e de Gestão de Riscos;

3ª Linha de Defesa: Avalia a efetividade de todo o ciclo de gerenciamento de riscos e controles. Composta pela Auditoria Interna.

O MRLD tem como objetivo manter um Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos efetivo e integrado, contribuindo para proporcionar mais segurança para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.

A área responsável pela [Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática](#), aprovada pelo CA, é a Gesem.

Reporte de informações relativas ao Risco Social, Ambiental e Climático

Elaboramos, periodicamente, reportes aos órgãos de governança a fim de disponibilizar informações necessárias para o acompanhamento e a tomada de

decisão dos órgãos colegiados envolvidos no processo de gerenciamento do risco. A seguir, detalhamos os principais reportes desenvolvidos, de alçada do CA:

Tabela 1. Relatórios de Alçada do CA

Relatório	Destinatário	Periodicidade
Painel de Riscos ¹	Cegrc e CA	Mensal e Bimestral (respectivamente)
Resultado do Ciclo de Avaliação da Gestão de Riscos, Segurança e Controles Internos das ELBB	Coris, CD e CA	Anual
Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap)	CA	Anual
Reportes de temas relacionados a sustentabilidade	CD e CA	Semestral

¹Ferramenta na qual se reporta o consumo de limites específicos e globais estabelecidos na Gestão dos Riscos.

Critérios utilizados para assegurar a consideração do Risco Social, Ambiental e Climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão de diversos instrumentos

De acordo com as atribuições de cada instância, a governança responsável analisa os requerimentos mínimos de capital, os direcionamentos da estratégia corporativa, o perfil de riscos do BB, o atendimento regulatório, as perspectivas econômicas e seus desafios para a indústria financeira, a visão de analistas de mercado, os anseios da sociedade, o comportamento dos principais concorrentes, a dinâmica de formação de resultado e os resultados obtidos com o programa de teste de estresse do BB.

As decisões dos atores da governança buscam assegurar a consideração dos riscos relevantes, especificamente, dos riscos social, ambiental e climático na aprovação e revisão de diversos processos.

Por conta da aprovação, em 03 de junho de 2022, da [Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática](#) – resultante da revisão da antiga Política de Responsabilidade Socioambiental (cuja primeira edição foi publicada em 2015) para alinhamento às novas resoluções – outras importantes políticas também foram revisadas – [Política Específica de Relacionamento do Banco com Fornecedores](#), [Política Específica de Gestão de Riscos e de Capital](#), [Política Específica de Privacidade e Proteção de Dados](#)

[Pessoais](#), [Política Específica de Remuneração de Administradores](#), Política Específica de Gestão da Continuidade de Negócios, Política Geral de Direcionamentos Mercadológicos, Política Geral de Direcionamentos Operacionais, [Política Específica de Remuneração aos Acionistas](#), entre outras – de forma a agregar a todas atividades, do banco e de seu conglomerado prudencial, novos conceitos e preceitos atrelados ao RSAC.

Em complemento, revisitamos (e quando necessário, revisamos) periodicamente, ou sob demanda, nossos compromissos ([Compromissos BB com os Direitos Humanos](#), [Compromisso BB com as Mudanças Climáticas](#)), diretrizes ([Diretriz de Sustentabilidade do BB para o Crédito](#), [Diretrizes Socioambientais BB – Lista Restritiva e Lista de Exclusão](#), [Diretrizes do Investimento Social Privado](#)), [Plano de Recuperação](#), Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e o nosso programa de testes de estresse, no qual, atualmente, no Teste de Estresse Integrado (TEI), há a existência de “ciclo hidrológico desfavorável”, que tende a afetar adversamente a produção agrícola, a atividade econômica e os preços, resultando numa possível variação nos indicadores de qualidade da carteira de crédito do BB, como a PCLD.



Formas de monitoramento dos objetivos estratégicos e das metas relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos

Monitoramos objetivos estratégicos e metas relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos a fim de avaliar seu cumprimento. Os indicadores do Plano Diretor- documento que define e consolida indicadores e metas para cada um dos objetivos estratégicos de longo prazo da [Estratégia Corporativa do Banco do Brasil \(ECBB\)](#)- são reportados ao CA por meio de apresentações e Painéis.

Além do Plano Diretor, monitoramos também o Acordo de Trabalho das unidades estratégicas que contêm objetivos e indicadores propostos na ECBB.

Por fim, reporta-se ao Cosem o desempenho social, ambiental e climático do Banco do Brasil que abrange, entre outros aspectos, as iniciativas desenvolvidas no âmbito do [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#), dos [10 Compromissos de Sustentabilidade](#) e dos Planos de Ação RSAC³.

³Planos de Ação desenvolvidos para alinhamento do BB a TCFD e as Resoluções e Instruções, referentes a RSAC, publicadas pelos reguladores em 2021.



Tabela EST: Estratégias utilizadas no tratamento do Risco Social, do Risco Ambiental e do Risco Climático

Identificação e descrição dos impactos reais e potenciais, quando considerados relevantes, do risco social, do risco ambiental e do risco climático sobre os negócios, as estratégias e o gerenciamento de risco e de capital da instituição.

Identificação dos eventos dos Riscos Social, Ambiental e Climático que geram possibilidade de perdas relevantes para o BB

Nossa Taxonomia Única de Riscos tem como pressuposto a consolidação, em um mesmo instrumento, de todos os fatores (causas), eventos e impactos dos riscos inerentes às atividades desempenhadas pelo Banco e constitui subsídio para o processo de definição da relevância dos riscos do Conglomerado Prudencial do Banco do Brasil.

Informações provenientes da revisão da estratégia corporativa e de processos mapeados pelos gestores da 1ª linha, bem como a análise de cenários e o alinhamento à regulação em vigor, alimentam a atualização da Taxonomia, detalhando fatores, eventos e impactos relacionados.

Esse instrumento permite identificar possíveis eventos de risco – tais como trabalho infantil, contaminação do solo, estiagem, excesso de chuva, entre outros – de forma não exaustiva e sem sobreposição de sua

caracterização e classificação, bem como de fatores (causas) e impactos dos riscos.

Em complemento, visando abarcar uma quantidade maior de informações e mitigar vieses, adicionamos à avaliação dos Riscos Social, Ambiental e Climático uma variável locacional – alimentada por informações, de fontes externas, como o Bioma Amazonia e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) –, que nos permite vislumbrar como os riscos estão distribuídos (ou concentrados) no território nacional, com granularidade a nível de município, tal como ocorre nas fontes externas que a alimentam.

Quanto aos horizontes temporais adotados no acompanhamento das exposições dos segmentos de Pessoa Física, Produtor Rural e Pessoas Jurídicas, no conceito de proporcionalidade utilizado na metodologia de sensibilidade ao RSAC, adotamos as seguintes premissas:

Tabela 2. Definição de períodos

Público	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Pessoa Física	até 1 ano	de 1 a 4 anos	a partir de 4 anos
Pessoa Jurídica	até 1 ano	de 1 a 3 anos	a partir de 3 anos
Produtor Rural	até 1 ano	de 1 a 5 anos	a partir de 5 anos

Ademais, na avaliação de clientes e operações, além das informações geradas internamente, utilizamos informações de fontes externas confiáveis. No rol de fontes externas utilizadas na Gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático, temos, entre outros:

- Lista de Trabalho Análogo à Escravidão, do Ministério do Trabalho e Previdência;
- Autuação e Embargos, do Ibama⁴;
- Embargos, do ICMBio⁵;
- Avaliação de Risco Climático de Setores Econômicos, do [NGFS \(Network for Greening the Financial System\)](#)⁶;
- Notícias públicas atreladas a situações sociais e ambientais, de diversas fontes de mídia.

No que tange às perdas relacionadas aos Riscos Social, Ambiental ou Climático, realizamos acompanhamento constante, visando sua prevenção e mitigação. Os critérios mínimos para identificação de perdas, no

contexto da [SARB⁷ 14](#), são aplicados no processo das perdas operacionais, em que há a necessidade de controlar as marcações das perdas efetivas decorrentes de danos sociais e ambientais, relacionadas a processos administrativos e judiciais em que a instituição financeira seja parte. A partir de sistema institucional de Perdas Operacionais do BB, geramos uma base com a extração dos eventos das perdas categorizados, cujas causas estão relacionadas aos processos jurídicos que tenham vínculo aos Riscos Sociais e Ambientais. No processo de monitoramento dessas perdas, observamos que ao longo de 2022 não foram identificadas perdas efetivas significativas em função de eventos sociais e ambientais.

Em razão dos normativos publicados pelo Bacen, ao final de 2021 e ao longo de 2022, e das ações em andamento de revisão da SARB 14, o processo de identificação das perdas geradas por eventos sociais, ambientais e climáticos está em revisão, com o objetivo de agregar mais dados e informações sobre a relação entre as perdas e seus fatores e eventos.

⁴Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

⁵Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

⁶ Programa que visa mobilizar o sistema financeiro mundial para apoiar a transição para uma economia de baixo carbono.

⁷ Sistema de Autorregulação Bancária desenvolvido para Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Identificação de concentrações significativas, atreladas aos Riscos Social, Ambiental e Climático, nas exposições de crédito do BB

Estruturamos o processo de crédito a partir de metodologias de cálculos de risco e limite, em linha com as melhores práticas de gestão e contemplando os processos de:

- cadastro;
- análise de risco e estabelecimento do limite de crédito;
- contratação e condução de operações; e
- gestão do risco, com o suporte de normativos e estrutura organizacional especializada.

Em todas as etapas são considerados os aspectos particulares dos Riscos Social, Ambiental e Climático que podem impactar a Instituição.

A identificação e o acompanhamento das exposições aos riscos possibilitam o aprimoramento da gestão, à medida que auxiliam na tomada de decisões quanto à realização, ou não, de determinados negócios – tendo em vista o grau de risco, o apetite da instituição e a concentração atual.

Na tabela a seguir, é possível observar a avaliação da sensibilidade das exposições à cada um dos riscos para os setores, que compõem a carteira do BB e seus respectivos saldos.

Tabela 3. Macrossetores Econômicos e seus graus de risco (base dezembro/2022)

Macrossetores	Social	Ambiental	Climático	Exposição (%)
Adm. Publica	Médio	Baixo	Baixo	11,97%
Agronegócio de origem animal	Alto	Médio	Alto	4,89%
Agronegócio de origem vegetal	Alto	Médio	Alto	10,29%
Atividades específicas da construção	Médio	Médio	Alto	3,34%
Automotivo	Médio	Médio	Alto	4,40%
Bebidas	Baixo	Médio	Alto	0,34%
Comercio atacadista e ind. diversas	Baixo	Baixo	Baixo	2,08%
Comercio varejista	Alto	Baixo	Baixo	6,03%
Construção pesada	Médio	Médio	Alto	0,89%
Couro e calçados	Baixo	Alto	Médio	0,59%
Eletroeletrônico	Baixo	Médio	Médio	2,28%
Energia elétrica	Baixo	Médio	Alto	7,47%
Imobiliário	Alto	Baixo	Alto	2,34%
Instituições e serviços financeiros	Baixo	Baixo	Médio	6,28%
Insumos agrícolas	Baixo	Alto	Alto	2,71%
Madeireiro e moveleiro	Médio	Alto	Alto	1,55%
Mineração e metalurgia	Médio	Alto	Alto	4,51%
Papel e celulose	Baixo	Alto	Alto	1,24%
Petroleiro	Médio	Alto	Alto	5,90%
Químico	Médio	Alto	Alto	2,66%
Serviços	Alto	Médio	Baixo	9,88%
Telecomunicações	Baixo	Médio	Baixo	1,53%
Têxtil e confecções	Médio	Médio	Médio	1,87%
Transportes	Médio	Alto	Alto	4,99%

Além da visão setorial, realizamos avaliação regional da sensibilidade dos Riscos Social, Ambiental e Climático, considerando todas as exposições do Banco. O percentual do saldo das operações classificadas com alta sensibilidade aos Riscos Social, Ambiental e Climático, para cada região, é apresentado e

monitorado, permitindo comparar as concentrações entre as regiões além de subsidiar a gestão dos riscos.

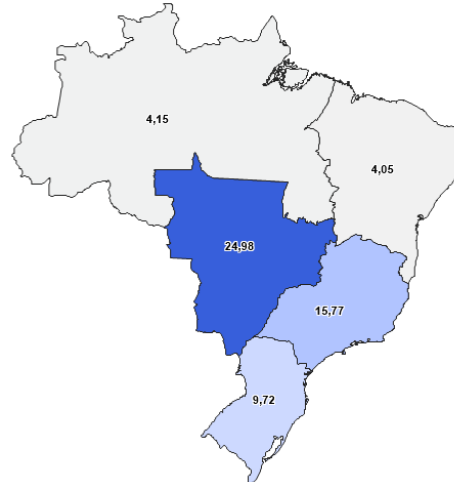
A seguir é possível observar a distribuição das concentrações de operações classificadas com alta sensibilidade aos Riscos Social, Ambiental e Climático (base dezembro/2022).

Figura 2. Percentual do saldo de operações classificadas como alta sensibilidade ao risco social por região geográfica



A maior concentração é percebida na região Centro-Oeste, com 27,27% do saldo das operações com alta sensibilidade ao Risco Social, seguida pelo Sudeste, com 19,35%. Como forma de mitigar a exposição, a gestão do Risco Social conta com uma série de instrumentos utilizados quando da concessão do crédito, descritos no próximo capítulo, entre os quais destacamos: informações públicas, atreladas a RSAC, internalizadas nos sistemas de gestão de clientes e operações, Questionário de Avaliação dos Níveis de Responsabilidade Ambiental, Social e Climático, aplicado nos clientes e projetos relevantes, Índice de Vulnerabilidade Social e Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão.

Figura 3. Percentual do saldo de operações classificadas como alta sensibilidade ao risco ambiental por região geográfica



A região Centro-Oeste responde pela maior concentração de saldo de operações com alta sensibilidade ao Risco Ambiental, com 24,98%. Anotações cadastrais relacionadas ao tema, Questionário de Avaliação dos Níveis de Responsabilidade Ambiental, Social e Climático, aplicado aos clientes e projetos relevantes, monitoramento de mídia; lista de embargos e autuações do Ibama, embargos do ICMBio, relação de áreas contaminadas e georreferenciamento de áreas específicas destacam-se como ferramentas aplicadas na concessão do crédito para mitigação da exposição ao risco.

Figura 4. Percentual do saldo de operações classificadas como alta sensibilidade ao Risco Climático Físico por região geográfica



Verificamos que as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentam maior concentração de operações com alta sensibilidade ao Risco Climático Físico com, respectivamente, 19,83% e 21,26%. Seguros agrícolas, a utilização do [Zoneamento Agrícola de Risco Climático \(Zarc\)](#), publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Sistema Referencial Técnico Agropecuário (RTA), o financiamento a segmentos voltados para a economia verde e a aplicação de condições específicas para financiamento a setores mais sensíveis ao Risco Climático figuram como principais ferramentas para a mitigação dos riscos.

Figura 5. Percentual do saldo de operações classificadas como alta sensibilidade ao Risco Climático de Transição por região geográfica



Finalmente, com relação ao Risco Climático de Transição na região Centro-Oeste, 24,40% do saldo da carteira está concentrado em operações classificadas como alta sensibilidade. Na região Sudeste, essa concentração corresponde a 19,29%. O sistema de acompanhamento das mudanças políticas, regulatórias e mercadológicas para adaptação e aprimoramento do processo de gestão constitui instrumento importante para a gestão desse risco.



Incorporação dos Riscos Social, Ambiental e Climático nos negócios, nas estratégias e no gerenciamento de capital do BB

Comprometido em ser referência em sustentabilidade, promovendo negócios ASG, o BB incorpora aos negócios, à estratégia e ao gerenciamento de capital aspectos relacionados aos Riscos Social, Ambiental e Climático. No processo de formulação da [Estratégia Corporativa do BB \(ECBB\)](#) e do Plano Diretor, que possui periodicidade de revisão anual e horizonte de abrangência de cinco anos, há a participação de diversas áreas na execução de suas

etapas – diagnóstico, priorização das incertezas, elaboração de matriz SWOT⁸ e cenários, direcionamentos da alta administração, definição dos objetivos estratégicos e seus respectivos indicadores e metas.

Na etapa de diagnóstico, realizamos estudos de inteligência competitiva da indústria financeira, análises macroeconômicas, identificação de tendências e incertezas críticas, que podem impactar a atuação presente e futura do Banco, além da avaliação dos fatores de riscos relevantes, que incorpora, entre outros, possíveis eventos sociais, ambientais e climáticos.

Com o objetivo de adotar medidas de mitigação e/ou revisão das estratégias estabelecidas, avaliamos, de forma contínua, o risco de mudanças nos ambientes de negócios, que contempla, entre outras, a possibilidade de mudanças sociais, culturais e ambientais, incluindo questões demográficas, mudanças no comportamento de clientes, fatores ASG e condições

climáticas ou sanitárias adversas (como, por exemplo, catástrofes e pandemias).

Ademais, no relacionamento com nossos fornecedores, objetivamos melhorar o tratamento e as condições de trabalho estabelecidas. Através de nossa Política de Relacionamento com os Fornecedores buscamos demonstrar a nossa cultura e os valores, por nós defendidos, no relacionamento com fornecedores e respectivos empregados nos processos de compras, contratações e descarte de materiais.

Em consonância, em contratos firmados existem cláusulas em que o fornecedor declara conhecer e respeitar nossos códigos, normas e políticas, dentre outros norteadores.

Além disso, acompanhamos nossos fornecedores durante a vigência do contrato e, caso constatada infração das disposições ou à legislação relativa à sua execução, é aberto processo administrativo que prevê a aplicação de sanção administrativa ou, em último caso, rescisão unilateral.

Sob a ótica de oportunidades de negócios, destacamos o [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#), que visa aprimorar negócios e práticas administrativas ao consolidar ações e indicadores de cunho social, ambiental e de governança. Além de impulsionarem o desenvolvimento social e ambiental, as linhas de negócios propiciam a mitigação dos Riscos Social,

⁸ Técnica de planejamento estratégico utilizada para auxiliar na identificação de forças (*Strengths*), fraquezas (*Weaknesses*), oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*) do objeto/assunto analisado.



Ambiental e Climático, tanto para o banco quanto para os demais envolvidos.

Alinhado a isso, temos outros negócios e produtos, associados ao agronegócio e ao Plano Safra, que

compõem a Carteira Sustentável do BB e impulsionam atividades e melhorias nos setores relacionados a agricultura e pecuária do país.

Hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono utilizadas pelo BB na realização de análises de cenários

Desenvolvemos cenários de mudanças climáticas abrangentes, aplicados na visão de macrossetores econômicos, com base em cenários elaborados pelo IPCC, para o risco climático físico, e pelo NGFS, para o risco climático de transição.

Usando como base informações presentes no [IPCC Sixth Assessment Report](#), optamos por cenários mais compatíveis com percepções nele destacadas, com o objetivo de prever potenciais impactos da mudança do clima na agropecuária do país e em outros setores econômicos relevantes para os negócios do BB.

A escolha de 2 cenários atrelados ao risco físico e 2 atrelados ao risco de transição se deu por entendermos que eles, em conjunto abarcam uma gama suficiente de possibilidades factíveis para o Brasil.

Dentre os cenários utilizados como referência, temos:

Cenários de Risco Físico

- **RCP 4.5:** cenário intermediário, condizente com um futuro com reduções de emissões relativamente ambiciosas, no qual em 2080 teremos uma redução de 50% das emissões globais. Apesar dos esforços e das metas arrojadas, ainda teríamos um aumento aproximado de temperatura de 2°C;
- **RCP 8.5:** cenário severo, em que as emissões de GEE não parariam de aumentar até o fim do

século e a temperatura média da atmosfera do planeta aumentaria cerca de 4°C.

Cenários de Risco de Transição

- **Net Zero 2050:** cenário mais ambicioso, em que se limita o aquecimento global a 1,5°C, por meio de políticas climáticas mais rigorosas e maior inovação, que possibilitam atingir zero emissões líquidas de CO₂ por volta de 2050. Nele, o risco físico é relativamente baixo, enquanto o risco de transição é alto;
- **Current Policies (Política Atual):** assume que apenas as políticas atualmente implementadas serão realizadas, resultando em elevado risco físico. Sob o enfoque de risco de transição, esse cenário traz pouco impacto, tendo em vista a permanência no estado de dormência, por parte dos governos e reguladores.

Além dos cenários acima citados, incorporamos no desenvolvimento de nossos cenários a escassez hídrica – a qual não há recursos hídricos suficientes para todos os usos, em determinado sistema hídrico e período, seja por deficiência quantitativa ou qualitativa dos mananciais –, visto que no Brasil, em pouco mais de 2 décadas, os eventos de escassez hídrica – estiagem e seca – são os mais numerosos e os principais responsáveis, dentre os riscos climáticos, pelos prejuízos.

Dessa forma, as hipóteses (cenários) desenvolvidas são:

i. Aumento de temperatura inferior a 2°C (alinhado ao *Representative Concentration Pathway* (RCP) 4.5 e ao *Net Zero 2050*), pressupondo o cumprimento integral do Acordo de Paris.

Nesse cenário, as políticas são mais rígidas, com o objetivo de zerar as emissões líquidas de CO₂ até 2050 e limitar o aumento da temperatura média a 2°C.

Para tal, observa-se um investimento massivo em tecnologia e o engajamento e cobrança por uma postura mais sustentável de todos os agentes econômicos. O processo de precificação de carbono se intensifica, gerando a necessidade de adaptação maior de alguns setores.

Diante disso, os riscos físicos tendem a ser mitigados e novas fontes de energia e matéria-prima serão desenvolvidas, gerando baixos danos a produção e a população;

ii. Aumento médio de 4°C na temperatura ao final do século (equivalente ao RCP 8.5 e ao *Current Policies*), considerando o não cumprimento do Acordo de Paris e seguindo a tendência atual das emissões.

Nesse contexto, pouca ou nenhuma mudança legal ou regulatória no campo climático, levam a um aumento

significativo das emissões globais de GEE, o que tende a intensificar substancialmente os riscos físicos.

Na seara do risco de transição, não veremos nada muito diferente do que já presenciamos atualmente. Não teremos avanços no processo de precificação. A demanda por produtos e serviços sustentáveis continuará sem incentivos e acontecerá de forma bem lenta e gradual. As políticas de indução para uma economia de baixo carbono e regulação sobre as emissões de GEE não irão demandar grandes adaptações e investimentos tecnológicos, causando impacto quase irrelevante para os setores.

Quanto ao risco físico, a tendência é um aumento na frequência de eventos climáticos extremos, a ponto de piorar a escassez hídrica e diminuir a disponibilidade de recursos e matérias-primas, gerando uma ameaça a manutenção das atividades e a sobrevivência da população.

Entre os dois cenários desenvolvidos, a diferença se dá na trajetória das mudanças climáticas, frente as medidas adotadas, e no grau de severidade dos impactos, no curto, médio e longo prazo.

A seguir, apresentamos os critérios utilizados para avaliação dos riscos e seus impactos nos cenários:

Tabela 4. Critérios utilizados no desenvolvimento dos Cenários de Mudanças Climáticas

Critérios para Avaliação do Risco Climático, físico e de transição, para o Brasil	
Danos físicos	Refere-se aos danos causados por fenômenos meteorológicos extremos e de alterações climáticas graduais sobre os ativos fixos das empresas, assim como possíveis perdas físicas ou a uma diminuição da produtividade ou provocar indiretamente eventos subsequentes, como a perturbação de cadeias de oferta. Os setores mais vulneráveis a este tipo de risco são aqueles intensivos em bens de capital, como o setor de agronegócio, industrial e de energia.
Escassez Hídrica	Refere-se às alterações na disponibilidade de água e no regime de chuvas no país. A consequência da escassez hídrica é a redução na oferta de alimentos pelo setor do agronegócio e o comprometimento do fornecimento de energia elétrica nos setores produtivos.
Energia	Os eventos climáticos extremos afetam diretamente o fornecimento de serviços de energia, via alterações na disponibilidade e confiabilidade de fontes renováveis, como água (chuva) para hidrelétricas. A alteração climática ameaça ainda a infraestrutura e instalações de exploração, extração e conversão de energia, por exemplo, plataformas de óleo e gás <i>offshore</i> , refinarias em áreas costeiras etc. Ademais, o clima altera a eficiência dos dispositivos de conversão energética (painéis fotovoltaicos, motores de combustão interna, usinas termelétricas e assim por diante).
Produtividade	Refere-se a relação entre os meios, recursos utilizados e a produção final com os danos causados por eventos climáticos extremos nos setores econômicos.
Tecnologia	Esforços para adoção ou adaptação de tecnologias, produtos e serviços com menor emissão de GEE. Normalmente implica em alto custo e elevado aporte de capital.
Regulatório	Mudanças regulatórias que incentivam a transição para uma economia de baixo carbono. Representa o arcabouço normativo que embasa a transição para redução ou eliminação do uso de combustíveis fósseis na produção e consumo intensivo em carbono, requer mudança significativa de processos, com migração para atividades que promovam emissões neutras em todos, ou na maioria, dos setores econômicos. A implementação de tecnologias alternativas pode gerar aumento significativo de custos enquanto a adoção de políticas regulatórias pode induzir a transição por meio do aumento de valor implícito das emissões.

No que tange o risco físico, utilizamos os seguintes critérios para o desenvolvimento de nossa narrativa: dependência de energia elétrica, dependência do uso da água (escassez hídrica), insumos/produtos agrícolas utilizados na cadeia produtiva e sensibilidade aos eventos climáticos (danos físicos).

Frente a ocorrência de eventos climático extremos (estiagens e chuvas abundantes), temos a possibilidade de danos as estruturas de operação, dificuldade de logística, aumento de custos e paralisação das atividades de clientes, o que pode resultar num aumento de inadimplência.

Ademais, por conta da nossa dependência de usinas hidrelétricas para geração de energia, em períodos de escassez hídrica, se faz necessário o acionamento de usinas termelétricas – menos sustentáveis, por serem movidas a combustíveis fósseis, e com maiores custos de geração de energia –, o que resulta na elevação no

preço da energia elétrica, impactando o orçamento de famílias e empresas, prejudicando a atividade industrial, através da redução da oferta de produtos e o aumento dos preços.

Quanto ao risco de transição, nossa análise apoia-se nos seguintes fatores: alta contribuição do setor para emissões de GEE e precificação de carbono, necessidade de adaptação tecnológica, regulações sobre uso da água e energia elétrica e reputação.

Sob o viés de mudanças de mercado e tecnologia, podemos presenciar um aumento da exigência de uma conduta responsável das empresas, o que tende a gerar uma mudança na oferta/demanda de certos produtos/serviços, colocando em risco a continuidade de algumas empresas e segmentos.

No campo legal e regulatório, algumas mudanças podem exigir das empresas uma maior capacidade de



adaptação/enquadramento para uma economia de baixo carbono, o que pode afetar, por um período, negativamente seus resultados e a manutenção de seus negócios.

Já no âmbito reputacional, caso as expectativas do mercado, de uma melhor conduta social, ambiental e climática, não sejam atendidas pelas empresas, é possível que suas receitas e linhas de crédito sejam afetadas, colocando em risco sua continuidade.

O futuro dos preços e volumes de combustíveis fósseis, juntamente com a descarbonização do setor de energia – através de mudanças para fontes alternativas de energia e implantação de fontes de captura e armazenamento de carbono (CCS) –, constituem fatores-chave na transição para uma economia de carbono zero.

Capacidade de adaptação do BB, frente as hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono

É fundamental que as empresas estejam aptas a enfrentar mudanças, sejam elas climáticas, legais, sociais ou ambientais. Nesse contexto, nossas ações são orientadas por nosso Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB, instrumento fomentador de negócios e práticas sustentáveis.

Adicionalmente, as narrativas de cenários desenvolvidas nos permitem avaliar diversas atividades associadas ao planejamento estratégico, identificando, previamente, necessidade de aprimoramentos.

Ao analisar como cada critério elencado pode impactar nossos negócios, nos preparamos para oferecer novos instrumentos financeiros ao mercado, como crédito para novas tecnologias, plataformas de negociação de emissões e empréstimos verdes, aproveitando as oportunidades de valor compartilhado. Ademais, é possível alinharmos, tempestivamente, o nosso apetite a riscos com ações de mitigação, tanto para o Risco Climático Físico quanto o de Transição.

Tabela GER: Processos de gerenciamento do Risco Social, do Risco Ambiental e do Risco Climático

Descrição da estrutura de gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático.

Processo de identificação, mensuração e avaliação dos Riscos Social, Ambiental e Climático

Realizamos a identificação dos riscos, por meio da Taxonomia Corporativa de Riscos, que consolida, em um mesmo instrumento, todos os fatores (causas), eventos e impactos dos riscos inerentes às atividades desempenhadas pelo Banco.

Na Taxonomia, o Risco Social, Ambiental e Climático é definido como fator que pode gerar eventos de riscos e subsequentes impactos relacionados a outros riscos relevantes do BB.

Adicionalmente, utilizamos ferramentas que auxiliam na identificação desses riscos, dentre as quais destacamos:

- a) Anotações cadastrais relacionadas ao tema, de forma automatizada;
- b) Questionário de Avaliação dos Níveis de Responsabilidade Ambiental, Social e Climático, aplicado nos clientes e projetos relevantes;
- c) Monitoramento de mídia;
- d) Índice de vulnerabilidade social;
- e) Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo;
- f) Lista de embargos e autuações do Ibama;
- g) Embargos do ICMBio;
- h) Relatório de visita ao cliente;

- i) Relação de áreas contaminadas;
- j) Sistema de acompanhamento das mudanças políticas, regulatórias e mercadológicas para adaptação e aprimoramento do processo de gestão;
- k) *Due Diligence* de fornecedores.

No âmbito da avaliação dos Riscos Social, Ambiental e Climático de Terceiros, subcategoria fornecedor, realizamos uma gestão multidimensional para tratar fatores e eventos de riscos sob possibilidade de perdas financeiras decorrentes do processo de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços pelos fornecedores e de danos à imagem e reputação da instituição.

Para sua mensuração, além dos processos de identificação e avaliação de riscos já previstos na [Lei das Estatais](#) (Lei nº 13.303/2016), em Legislação Complementar, no [Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Brasil S.A. \(RLBB\)](#) e aqueles inerentes a atividade de compras e contratações, utilizamos instrumentos de *Due Diligence* complementares e especializados, através de questionários estruturados, pesquisa em fontes abertas e bases internas de informações das empresas avaliadas e seus respectivos administradores, indicadores KRI's, soluções analíticas e visitas *in loco*.



Em específico, no âmbito climático, o processo de *Due Diligence* de Fornecedores é realizado dentro do ciclo *Supply Chain* do [CDP \(Carbon Disclosure Project⁹\)](#), através do qual objetivamos aprimorar nosso processo de mapeamento dos impactos, sobre o meio ambiente e recursos naturais, das atividades econômicas da cadeia de valor dos fornecedores do BB.

Quanto a identificação e classificação dos Riscos na Criação ou Revitalização de Produtos e Serviços, em 2022, revisamos o Fluxo de Criação de Produtos, abrangendo novas orientações e incluindo a FAQ – Risco Social, Ambiental e Climático, com o intuito de auxiliar na identificação desses riscos por parte dos gestores de produtos no Banco.

Quanto à mensuração dos Riscos Social, Ambiental e Climático, adotamos indicadores e metodologia de sensibilidade aos riscos, considerando avaliação em três visões – Setor Econômico, Cliente e Operação – e, em complemento, análise atrelada a região geográfica das operações, que permitem classificar, avaliar e monitorar os clientes de acordo com o grau de risco inerente às suas atividades.

Possuímos um conjunto de indicadores utilizados para mensuração e monitoramento dos riscos. Em decorrência das novas resoluções, em 2022, revisamos a nomenclatura e a forma de cálculo dos indicadores e da metodologia de Avaliação Social, Ambiental e Climática.

Em adição, realizamos o desenvolvimento de cenários, considerando as mudanças climáticas com análise de sensibilidade, aplicada sobre a carteira do BB, na visão de setores da economia, considerando eventos climáticos físicos e de transição.

⁹ O CDP é uma organização internacional sem fins lucrativos, formada por grandes investidores interessados na avaliação do desempenho das empresas em função dos desafios ambientais de mudanças climáticas, recursos hídricos e florestas.

No que compete à efetiva mensuração dos riscos, por meio da metodologia de sensibilidade ao RSAC utilizamos informações, relacionadas a aspectos social, ambiental e climático, entre as quais destacamos:

- Lista de trabalho análogo ao escravo;
- Trabalho infantil;
- Maiores devedores trabalhistas;
- Empresas inidôneas e suspensas;
- Carteira sustentável;
- Seguro rural;
- Proporcionalidade¹⁰;
- Bioma Amazônia¹¹.

No âmbito da avaliação dos Riscos Social e Ambiental, analisamos parâmetros para seleção das respostas aos riscos, por meio da aplicação da metodologia de sensibilidade da exposição da nossa carteira aos riscos, em que consideramos a concentração de carteira de alto e médio risco dos setores para avaliar a exposição potencial dos riscos no nível corporativo.

Na perspectiva do Risco Climático Setorial, avaliamos a exposição mensurada por meio da [Régua de Sensibilidade Climática da Febraban](#), adaptada para os nossos setores. Avaliamos cenários que evidenciam potencial de materialização das mudanças climáticas na carteira de crédito do BB, aplicando análise de sensibilidade de forma integrada com a resiliência da estratégia corporativa.

Nessa etapa, realizamos análise do setor econômico associado às atividades do cliente, observando a possibilidade de exposição ao risco climático,

¹⁰ Leva em consideração o prazo da operação e o montante de saldo.

¹¹ O IBGE dispõe a relação de municípios que compõe o Bioma Amazônia, possibilitando a identificação dos clientes que residem nesses locais. Entendemos que, clientes que estão localizados nessas áreas estão mais propensos a incorrerem em eventos de risco ambiental.



conforme classificação da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras relacionadas ao Clima (TCFD).

Complementarmente, por meio do Relatório de Acompanhamento de Clima, realizamos diagnóstico climático e análise das condições das lavouras das principais *commodities* agrícolas afetadas no trimestre, além do prognóstico de clima para o próximo período,

e por meio do Diagnóstico Geo Socioambiental, geramos dados sobre sobreposição de glebas financiadas com diversas bases: Unidades Federativas (IBGE), Biomas (IBGE), Áreas Embargadas (IBAMA/ICMBio/SEMAs), Unidades de Conservação (ICMBio/MMA), Vegetação (IBGE), Clima (IBGE), Relevo (IBGE), Bacias Hidrográficas (IBGE), Solos (IBGE) e Potencial Agrícola (IBGE), entre outras.

Critérios utilizados para a classificação das exposições quanto ao Risco Social, Ambiental e Climático

No âmbito da avaliação dos Riscos Social, Ambiental e Climático de Terceiros, subcategoria fornecedor, desenvolvemos indicadores para medir a exposição do banco, em que consideramos o resultado da avaliação individual dos fornecedores público-alvo e atribuímos pesos diferenciados para as avaliações com riscos mais elevados.

Para definição do limite de exposição ao risco Social, Ambiental e Climático dos fornecedores, utilizamos cenários desenvolvidos internamente e metodologia própria com faixas de riscos definidos.

Quanto à classificação das exposições da nossa carteira de crédito, sob o viés RSAC, adotamos metodologia específica em que as exposições são avaliadas em três visões – Setor Econômico, Cliente e Operação – e ponderamos, ainda, nas análises, a região geográfica das operações.

Visão Setor Econômico

No âmbito do Risco Social, ponderamos o impacto em cada macrossetor, como “Relevante” para maiores saldos e “Baixo” para menores, considerando ocorrências de eventos de risco relacionados a:

- Trabalho análogo ao escravo;

- Maiores devedores trabalhistas;
- Incidência de trabalho infantil;
- Embargos do ICMBio; e
- Notícias de cunho de risco social resultantes do processo de monitoramento de mídia.

Adicionalmente, utilizamos a ponderação do Risco Social para alguns setores econômicos, referenciada no [Guia para Gestão dos Riscos Sociais](#).

No espectro Ambiental, além da classificação presente na [Política Nacional do Meio Ambiente](#) (Lei nº 10.165/2000) – que ranqueia as atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais – contabilizamos as ocorrências atreladas a infrações do Ibama (embargos e autuações), embargos do ICMBio e notícias relacionadas a eventos de risco ambiental veiculadas na mídia.

Sob o prisma Climático, utilizamos como base a [Régua de Sensibilidade ao Risco Climático](#) proposta pela Febraban – onde há a descrição de diversas atividades/setores econômicos com alta e média exposição ao risco climático – adaptada para os nossos macrossetores.

Visão Cliente

Na dimensão Cliente, para exposições dos Riscos Social e Ambiental, além da classificação do macrossetor, consideramos informações cadastrais do cliente, determinadas pela presença de anotações desabonadoras (de cunho social e ambiental).

Para o Risco Climático, consideramos o macrossetor, a exposição total da instituição com o cliente e a região de atividade econômica do cliente. A esse último critério denominamos Risco Locacional, que é dado pelo [Índice de Vulnerabilidade a Desastres Naturais de Seca \(IVS\)](#) do município onde se desenvolve a atividade objeto da operação.

Visão Operação

Avaliamos nossas operações de crédito quanto à exposição aos Riscos Social, Ambiental e Climático, considerando o prazo médio ponderado da operação e o saldo de exposição, além das informações do setor econômico e a variável 'Carteira de Negócios Sustentáveis'¹².

Em específico, para o Risco Climático das operações de produtores rurais, adicionamos, ainda, existência de seguro agrícola. A tabela a seguir demonstra os valores de mitigadores no custeio agrícola, associados às operações rurais no Banco.

Tabela 5. Distribuição de mitigadores no custeio agrícola – R\$ milhões¹³

	Safra 20/21	Part. %	Safra 21/22	Part. %	Safra 22/23	Part. %
Custeio Agrícola	22.668	100,0	27.935	100,0	51.728	100,0
Total com Mitigador	13.408	59,1	16.736	59,9	29.959	57,9
Seguro Agrícola	10.584	46,7	13.137	47,0	23.784	46,0
Proagro	2.821	12,4	3.482	12,5	6.092	11,8
Proteção de Preço	3	0,0	116	0,4	82	0,2
Sem Mitigador	9.260	40,9	11.199	40,1	21.769	42,1

Mecanismos utilizados para a identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pelo BB

Diante da velocidade das informações que surgem diariamente, é imprescindível o acompanhamento e identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático

¹² A Carteira de Negócios Sustentáveis elenca as operações que possuem externalidades positivas para o Risco Social, Ambiental e/ou Climático, de acordo com as características das linhas de crédito e dos clientes e setores tomadores. Possui verificação externa independente pela Nint (antiga Sitawi), em consonância com as principais taxonomias globais.

¹³ Fonte: [Relatório de Análise do Desempenho 4T22](#), pág. 156.



de transição incorrido pela instituição. Buscando atualização constante e tempestiva, utilizamos mecanismos para identificação e monitoramento destas mudanças.

Mudanças Políticas

Dada a relevância do assunto, o BB dispõe da Gerência de Relações Institucionais, responsável por coordenar o relacionamento da instituição com os Poderes Executivo e Legislativo Federais, no que se refere às matérias legislativas em produção e em tramitação no Congresso Nacional.

Nesse âmbito, potencializamos oportunidades e mitigamos riscos por meio de identificação de assuntos que podem impactar o Banco, atuando de forma preventiva. Além disso, monitoramos, via dados abertos, as matérias apresentadas e todas as tramitações dos projetos no Congresso Nacional.

Para o monitoramento, possuímos ferramenta própria que possibilita amplo acompanhamento das atividades (pronunciamentos parlamentares, pleitos, audiências públicas e matérias legislativas) e instrumentos (projeto de lei, medida provisória, requerimento de informação, indicação, projeto de resolução, entre outros) que estão em fase de apreciação pelo Congresso Nacional, ou por suas Casas (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e Comissões.

Mudanças Legais ou Regulamentares

Para o monitoramento de requisitos regulatórios e mudanças legais, utilizamos métodos de *analytics* para a captura e análise automatizada de informações nos sites dos principais reguladores.

De posse das informações resultantes, as áreas responsáveis pela internalização das normas avaliam o seu impacto e declaram as ações necessárias de forma tempestiva, a fim de garantir que produtos, serviços, processos e canais do BB estejam sempre em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores.

Regulamentações de Licenças/Outorgas d'água Estaduais

Em complemento aos processos já mencionados, também monitoramos as regulamentações estaduais e municipais, tais como as emissões de outorgas d'água¹⁴ e outras licenças ambientais¹⁵.

Realizamos o acompanhamento das alterações em legislações ambientais estaduais pelos meios disponíveis – Diário Oficial do Estado, site do órgão ambiental e outros.

Mecanismos utilizados para o tratamento das interações entre os Riscos Social, Ambiental e Climático e os demais riscos

Nossa estrutura de gerenciamento de riscos permite a avaliação do nível de exposição aos riscos financeiros e

não-financeiros, bem como de suas interações. Um dos instrumentos para tratamento destas interações é

¹⁴ A Outorga é o instrumento legal que assegura ao usuário o direito de utilizar os recursos hídricos, no entanto, essa autorização não dá ao usuário a propriedade de água, mas, sim, o direito de seu uso.

¹⁵ Licença Ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental

que deverão ser obedecidas pelo empreendedor para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos e atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, conforme Art. 1º da Resolução [Conama nº 237/1997](#).

a Taxonomia Corporativa de Riscos do BB, que tem como pressuposto a consolidação de todos os fatores (causas), eventos e impactos dos riscos inerentes às atividades desempenhadas pelo Banco.

Figura 6. Componentes da Taxonomia Única de Riscos

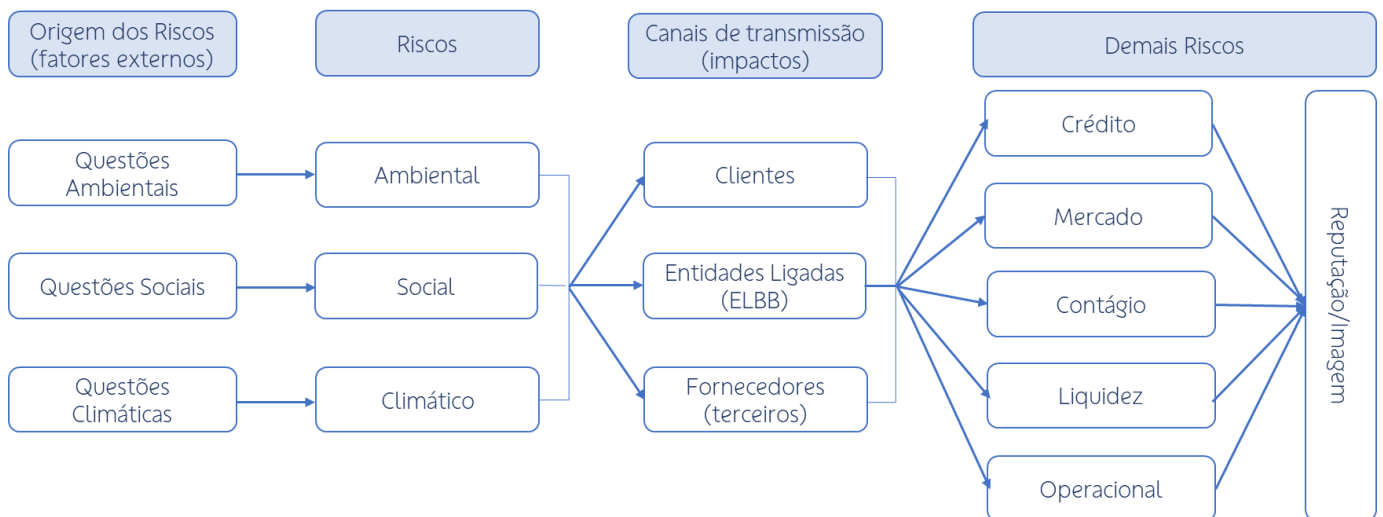


Tendo em vista a natureza causal dos Riscos Social, Ambiental e Climático, nas avaliações eles são classificados como fatores, que podem originar eventos nos demais riscos corporativos do BB, demandando processo preventivo de gestão.

Com as alterações da Resolução [CMN nº 4.557/17](#), por meio da Resolução [CMN nº 4.943/21](#) foi revisada a Taxonomia Corporativa de Riscos, qualificando os Eventos dos Riscos de Crédito, Mercado, Operacional e Liquidez, que estariam vinculados aos Fatores Ambiental, Social e Climático.

Nessa perspectiva, a gestão integrada de riscos possibilita o acompanhamento da nossa exposição, identificando os sobreposições entre as diversas categorias, o que viabiliza melhor avaliação dos impactos nas interações entre os riscos, promovendo aprimoramento da gestão e adoção de estratégias e mitigadores mais assertivos.

Figura 7. Integração entre RSAC e demais riscos



Processos de monitoramento, controle e mitigação dos Riscos Social, Ambiental e Climático

Monitoramos a exposição aos Riscos Social e Ambiental de Terceiros, subcategoria fornecedor, por meio de indicadores e limites estabelecidos, possibilitando adoção de ações para reenquadramento das exposições, em caso de desvios.

A fim de mitigar os riscos verificados, realizamos contatos e interações com nossos fornecedores, no sentido de conscientizar, orientar e induzir na adoção de práticas mais sustentáveis. Não obstante, todos os nossos contratos são dotados de cláusulas contratuais com responsabilidades de boas práticas sociais e ambientais, com indicação de penalidades em caso de descumprimento e até mesmo com a possibilidade de rescisão unilateral dos contratos, sem prejuízo das penas e multas possíveis.

O cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias é dever contratual e legal. Assim, verificamos, previamente ao pagamento, o cumprimento desses dispositivos entre os fornecedores, além de analisar indícios ou denúncias de eventuais infrações e desconformidades.

Ademais, constam em todos os contratos, cláusulas e obrigações contratuais relacionadas a Direitos Humanos, em que o fornecedor declara e obriga-se a cumprir.

Em complemento, um fiscal de contrato, um fiscal de serviço e a Ouvidoria Interna são colocados à disposição dos trabalhadores de empresas contratadas, para o registro de reclamações relacionadas ao seu contrato de trabalho.

Para aprimoramento do processo de *Due Diligence* de Fornecedores, no âmbito social, ambiental e climático, implantamos ações através do Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB.

No que tange a nossa carteira de clientes, monitoramos nossa exposição aos Riscos Social e Ambiental por meio de indicadores e limites estabelecidos, possibilitando adoção de ações para enquadramento das exposições, em caso de desvios.

No âmbito do Risco Climático, desenvolvemos o Painel de Alerta de Perdas que nos auxilia no monitoramento dos impactos climáticos sobre as safras, mapeando situações de calor excessivo, doença, estiagem, excesso de chuvas, geada, granizo, incêndio, praga, ventos fortes ou múltiplas ocorrências.

Como medida de aprimoramento da gestão, revisamos a metodologia do Risco Climático, levando em conta os cenários NGFS¹⁶, que dissociam o Risco Físico (mudanças climáticas) do Risco de Transição (políticas climáticas e tendências tecnológicas), e que podem evoluir em diferentes futuros, refletindo novos compromissos em nível de país¹⁷ para atingir emissões líquidas nulas.

Controlamos a exposição aos Riscos Social e Ambiental estabelecendo limites em nossa Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos (RAS) e acompanhando indicadores que nos auxiliam no controle da exposição da carteira de crédito.

Em 2022, desenvolvemos indicadores alinhados à nova metodologia de sensibilidade ao RSAC. Para controle do Risco Climático, criamos indicador de

¹⁶ Os cenários climáticos desenvolvidos pelo NGFS se fundamentam em avaliações científicas, como as realizadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

¹⁷ De acordo com definições da COP26, que ocorreu em novembro de 2021.



gestão fundamentado na [Régua de Sensibilidade Climática](#), desenvolvida pela Febraban, para acompanhamento das exposições sujeitas ao risco de crédito. Estes indicadores estão sendo monitorados e serão avaliados, quanto à possibilidade de sua adoção complementar, em processos de gerenciamento e controle do risco.

Quanto à gestão de Riscos Físicos da carteira de Agronegócios, a partir das informações da ferramenta Painel de Alertas de Perdas, realizamos o controle de possíveis perdas, uma vez que ela possibilita adoção tempestiva de acionamento de seguros rurais e outras ações de mitigação do risco.

Para mitigação dos Riscos Social, Ambiental e Climático, instituímos e revisamos políticas, normas de gestão, procedimentos e cláusulas contratuais, além de recomendar medidas e procedimentos corretivos em caso de identificação de deficiências.

Complementarmente, também mitigamos o Risco Climático Físico por meio de ferramentas, como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc)¹⁸, publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o Sistema Referencial Técnico Agropecuário (RTA)¹⁹, além de financiamento a segmentos voltados para a economia verde, aplicação de condições específicas para financiamento a setores mais sensíveis ao Risco Climático, orientação a partes interessadas quanto à gestão de riscos climáticos e adequação das estruturas e processos do Banco.

Em adição, fornecemos aos nossos clientes um portfólio de produtos, que inclui Seguros Agrícolas²⁰, para mitigação de risco de perda da produção em virtude de eventos climáticos extremos. Atentos aos impactos do risco da não transição para uma economia de baixo carbono por parte de nossos clientes e potenciais clientes no resultado dos nossos negócios, buscamos mitigá-lo por meio do desenvolvimento e oferta de soluções financeiras com aspectos sociais e ambientais alinhados às nossas [Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito](#), que estão em sinergia com compromissos internacionais assumidos pelo Governo Federal, entre eles os relacionados à mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

Por meio dessas boas práticas, buscamos mitigar riscos ao meio ambiente e à sociedade, ao reduzir os impactos de nossos financiamentos e investimentos, bem como ao identificar novas oportunidades de atuação na cadeia de valor dos negócios sustentáveis, a partir de questões sociais e ambientais relevantes e de temas estratégicos para o desenvolvimento sustentável.

¹⁸ Indica os municípios com aptidão climática e de solo para determinadas culturas e as cultivares mais adaptadas.

¹⁹ Sistema, desenvolvido internamente, que mantém informações sobre custos de produção, histórico de preços e produtividade por cultura e município produtor.

²⁰ Programa de Garantia de Atividade Agropecuária.



Mecanismos utilizados para o monitoramento de concentrações em setores econômicos, regiões geográficas ou segmentos de produtos e serviços mais suscetíveis a sofrer ou causar impactos sociais, ambientais e climáticos

Monitoramos as concentrações em setores econômicos e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições através da análise do saldo das operações da carteira de crédito, nos macrossetores de “Alto” ou “Médio” impacto social, ambiental e climático, e por região geográfica das operações do cliente. Também analisamos a carteira de negócios sustentáveis do BB, que compreende o montante das operações/linhas de crédito destinadas a financiar atividades e segmentos que impactam positivamente questões sociais, ambientais e climáticas.

A identificação das linhas de crédito elegíveis para compor a Carteira de Negócios Sustentáveis do BB é baseada na metodologia desenvolvida pela Febraban publicada no estudo [“Mensurando Recursos](#)

[Financeiros Alocados em Economia Verde”](#), e está alinhada as principais taxonomias internacionais, a exemplo dos Princípios para Títulos Verdes ([Green Bond Principles – GBP](#)) e Princípios para Títulos Sociais ([Social Bond Principles – SBP](#)), conforme atestado pelo [parecer independente emitido pela Sitawi – Finanças do Bem](#).

Por fim, cabe ainda salientar que o BB, visando robustecer a mitigação dos Riscos Social, Ambiental e Climático, utiliza mecanismos que se pautam na busca de diversificação de riscos, na eliminação de concentrações indesejadas, no controle das exposições e na adequação do perfil de riscos, focando sempre no equilíbrio dos negócios e na preservação de capitais da organização.

Tabela MEM: Indicadores utilizados no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático

Descrição dos indicadores quantitativos utilizados no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático.

Indicadores quantitativos utilizados no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático

Como parte do aprimoramento da gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático estamos desenvolvendo indicadores para auxiliarem na mensuração, controle e monitoramento desses riscos, além de propiciarem o balizamento da estratégia corporativa, sinalizando a necessidade de canalizar, ou não, recursos para determinados negócios, ponderando o risco, o apetite do Conglomerado e a concentração atual das exposições.

Como base dos indicadores, utilizamos a metodologia de avaliação do Risco Social, Ambiental e Climático, onde a apuração das exposições é realizada a nível de setor, cliente e operação e o uso de algumas variáveis nos permite classificar as concentrações sob o viés de setores econômicos, regiões geográficas ou prazos médios.

Em nível setorial, mensura-se a exposição da carteira de crédito do banco ponderada pelo Risco Social, Ambiental ou Climático do respectivo macrossetor, obtendo, assim, a concentração dessa carteira em cada um dos riscos, dados critérios internos. Nesta visão, o risco ponderado está associado ao macrossetor e sua classificação transita entre níveis Alto, Médio e Baixo.

Já na dimensão cliente, mede-se a exposição do Banco junto a clientes com níveis elevados (segundo critérios internos) de Risco Social, Ambiental e Climático,

aferindo a concentração da carteira de crédito com o conjunto desses clientes.

Ainda no nível de cliente, observa-se a concentração da exposição da carteira de crédito do BB com clientes que possuem autuações (Ibama) e/ou embargos (Ibama/ICMbio), inclusive com recorte específico dessa exposição em áreas do Bioma Amazônia.

Quanto às operações, visto a relevância da carteira rural para o BB, apuramos a exposição nesta carteira, em imóveis localizados no Bioma Amazônia, e a confrontamos com nossa carteira de crédito total. Aqui também realizamos o acompanhamento da concentração de nossa carteira de crédito em operações de elevado Risco Climático (sob critérios internos).

Além do vislumbre das concentrações por meio do montante de exposição, entendemos ser importante analisarmos o volume de mitigadores e garantias atrelado às operações.

Ademais, já possuímos indicadores referentes às emissões estimadas de gases de efeito estufa (GEE)²¹ de nossas atividades, diretas e indiretas (Escopos 1, 2 e 3)²². O previsto é que, após finalizada a mensuração das emissões de 2021 e 2022 do Escopo 3, Categoria 15, prevista para este semestre, sejam elaborados os indicadores e metas referentes a estas emissões.

Atualmente, tanto na Agenda 30 BB, quanto nos 10 compromissos assumidos pelo Banco, incorporamos ações vinculadas às emissões GEE e ao fomento à economia de baixo carbono. Em específico, no compromisso 7 nos comprometemos a:

Compensar 100% das emissões diretas de Gases de Efeito Estufa (GEE) do BB a partir de 2021. Adquirir 90% de energia renovável até 2024. Reduzir as emissões diretas de GEE em 30% até 2030.

Com vistas a monitorar e adequar os avanços, de forma a cumprir os desafios, foram criados os seguintes indicadores:

- a) Redução das emissões diretas de GEE (Escopos 1 e 2) em 3% a.a., com base em 2018;
- b) Proposta de meta de emissões Escopo 3 (exceto Categoria 15), até 30/06/2023;
- c) Compensação de 100% das emissões diretas de GEE (Escopos 1 e 2) anualmente.

O processo de definição das metas foi baseado na metodologia da iniciativa SBTi (*Science-Based Targets*), através da métrica para o cenário de avanço da temperatura média global abaixo de 2°C (*well-below 2 degrees temperature scenario – WB2C*). A meta de redução de 30% até 2030 toma como base as emissões reportadas no Inventário de Emissões do BB (*GHG Protocol*) do ano de 2018 e engloba os Escopos 1 e 2.

Em 2022, as emissões dos Escopos 1 e 2 do BB, consideradas na meta, reduziram 61% em comparação ao ano base, passando de 66.069 tCO₂e (Escopo 1: 22.348 tCO₂e, Escopo 2: 43.722 tCO₂e), para 25.651 tCO₂e em 2022 (Emissões do Escopo 1: 25.651 tCO₂e, Escopo 2: 0,000 tCO₂e).

Tabela 6. Redução emissões de GEE Banco do Brasil

Redução de emissões de GEE BB			
Escopos	2018	2022	redução observada
Escopo 1	22.347,62	25.650,97	
Escopo 2 ¹	43.721,79	0,00	
Total	66.069,41	25.650,97	-61%

¹Este cenário considera a efetivação implementação da estratégia do BB para reduzir 100% das emissões do Escopo 2 via migração do consumo de energia elétrica para uma base sustentável (e rastreável), com a utilização de energia elétrica de suas usinas fotovoltaicas e a aquisição de Certificados de Energia Renovável (RECs), o que possibilitam relatar que as emissões do Escopo 2 como zero, de modo a não sofrer influência das variações do fator de emissão do SIN.

²¹ Desenvolvido com o auxílio de consultoria externa especializada e com referências à metodologia PCAF (*Partnership for Carbon Accounting Financials*).

²² Conforme parâmetros do GHG (*Greenhouse Gas*) Protocol, o Escopo 1 engloba as emissões lançadas à atmosfera que vêm diretamente do processo

produtivo da empresa, no Escopo 2 as emissões associadas à geração de eletricidade que a empresa consome e o Escopo 3 as emissões indiretas, que ocorrem ao longo da cadeia de produção de quem está elaborando o inventário.

Tabela 7. Inventário de Emissões GEE Banco do Brasil

Escopo	Fonte de Emissão	2018	2019	2020	2021	2022
1	TOTAL (tCO₂e)	22.347,62	24.382,32	27.611,27	20.517,73	25.650,97
	Combustão Móvel (veículos de frota)	3.296,27	3.091,99	1.353,59	1.042,40	959,87
	Combustão Estacionária (gerador de energia elétrica)	674,46	912,24	458,58	515,25	374,28
	Emissões Fugitivas (gases refrigerantes e extintores de incêndio) ¹	18.376,90	20.378,08	25.799,11	18.960,08	24.316,81
2	TOTAL (tCO₂e) (abordagem baseada na localização)	43.721,79	42.848,79	32.889,49	63.829,92	21.827,44
2	TOTAL (tCO₂e) (abordagem baseada na escolha de compra)²	-	-	0,00	0,00	0,00
3	TOTAL (tCO₂e)	66.313,93	54.539,41	42.937,05	42.210,97	41.168,66
	Categoria 1 – Bens e Serviços Comprados ³	-	-	-	1.599,75	1.804,77
	Categoria 3 – Atividades Combustível e Energia ³	-	-	-	745,19	947,61
	Categoria 4 – Transporte e Distribuição <i>Upstream</i>	31.943,12	27.903,16	29.266,82	17.311,60	14.163,93
	Categoria 5 – Resíduos Gerados nas Operações	20.932,80	13.101,85	7.434,00	10.545,08	12.172,69
	Categoria 6 – Viagens a Negócios	5.618,23	6.421,18	1.632,60	1.153,26	3.208,57
	Categoria 7 – Deslocamento de Funcionários (casa-trabalho)	7.463,58	6.853,99	4.524,06	10.856,09	8.871,07
	Categoria 9 – Transporte e Distribuição <i>Downstream</i> ⁴	356,19	259,23	79,57	-	-

¹ A partir de 2021, os dados sobre emissões fugitivas dos gases refrigerantes deixaram de ser estimados e passaram a ser medidos, refletindo a quantidade de gás efetivamente reposta nos equipamentos de ar-condicionado durante as manutenções.

² A partir de 2021, o BB passou a relatar suas emissões GEE do consumo de energia com base no relato voluntário de Escolha de Compra, onde zera suas emissões do Escopo 2 por consumir energia fotovoltaica de suas usinas e por adquirir Certificados de Energia Renovável (i-RECs).

³ A partir deste Inventário de 2021, o BB identificou a possibilidade de contabilizar também as emissões das Categorias do Escopo 3: Categoria 1 – Bens e Serviços Comprados e Categoria 3 – Atividades Combustível e Energia.

⁴ A partir deste Inventário de 2021, houve mudança no entendimento com relação à contabilização dessa categoria, após consultoria com a WWF. Dessa forma, as emissões anteriormente listadas nesta categoria passaram a ser contabilizadas na Categoria 4 – Transporte e Distribuição *Upstream*. Metodologia de Cálculo – GHG Protocol – Dados disponíveis em <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/#metodos>.

Definiu-se pela manutenção da estratégia de migração da matriz energética para fontes renováveis com aquisição de energia em Ambiente de Contratação Livre (ACL) e de usinas fotovoltaicas operacionais em Geração Distribuída (GD), além da aquisição de Certificados de Energia Renovável REC, para que consigamos compensar 100% das emissões.

Outra forma de visualização do compromisso do BB com a redução das emissões é o Indicador de Intensidade Carbônica, expresso por meio do quociente do total de emissões GEE (Escopos 1 e 2) pelo número de funcionários, conforme quadro a seguir.

**Tabela 8.** Intensidade Carbônica do BB

Intensidade Carbônica do BB – Funcionários	2018	2019	2020	2021	2022
Emissões GEE (Escopos 1 e 2) ¹ (tCO ₂ e)	66.069	67.231	60.501	20.518	25.651
Número de Funcionários ²	96.889	93.190	91.673	84.597	85.953
Intensidade Carbônica (tCO ₂ e/funcionário)	0,682	0,721	0,660	0,243	0,298

¹Foram consideradas as emissões do BB dentro da abordagem de Escolha de Compra de Energia – Escopo 2, para os anos de 2021 e 2022.

² Foi considerado o número de funcionários por contrato de trabalho CLT – *Annual Report 2022*. P.13.

Cabe salientar que, em janeiro de 2021, o BB ratificou o compromisso já assumido em 2019 referente às Mudanças Climáticas, assinando a Carta de Compromisso *Business Ambition for 1.5°C*, em que se comprometeu a empenhar esforços para desenvolver metas de redução de GEE de acordo com o nível de descarbonização necessário para atingir emissões zeradas na cadeia de valor até 2050, seguindo as orientações do SBTi – *Science Based Targets initiative* (Iniciativa de Metas Baseadas na Ciência).

Assim, retomando as exigências do SBTi, as metas de emissões para os Escopos 1 e 2 estão sendo definidas

numa janela entre 5 e 15 anos, com uma redução anual média de 4,2%, com ano base de 2018.

A definição das metas de longo prazo do Escopo 3, Categoria 15, também contará com o apoio de consultoria renomada no mercado. Como próximos passos temos a medição das emissões relativas aos anos de 2021 e 2022, em fase de conclusão, além da divulgação integral dos critérios e parâmetros da SBTi para a elaboração de tais metas pela indústria financeira mundial, prevista para maio. A estimativa é que as metas do Escopo 3, Categoria 15, sejam divulgadas ainda em 2023.

Por fim, cabe destacar que buscamos constante aprimoramento das ferramentas e instrumentos relacionados à Gestão do Risco Social, Ambiental e Climático, sendo um processo contínuo de avaliação e desenvolvimento. Neste contexto, almejando a melhoria dos indicadores, estamos construindo bases históricas e avaliando a necessidade e a utilidade de cada indicador.



Tabela OPO: Oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático

Descrição das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático.

Instâncias de governança da instituição com atribuições na identificação das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático, considerando as instâncias em seus diversos níveis

Diante das demandas atuais, as instituições financeiras passaram a figurar entre os principais agentes fomentadores da transição para uma economia de baixo carbono.

Mesmo diante de um cenário de incertezas, podemos vislumbrar uma extensa lista de oportunidades atreladas a questões sociais, ambientais e climáticas. E, para mapear e aproveitar tais oportunidades, montamos uma estrutura organizacional voltada ao fomento da sustentabilidade.

Nesse contexto, somos norteados pela nossa Responsabilidade Socioambiental Empresarial (RSAE), que está expressa em políticas e nos diversos acordos e compromissos voluntários assumidos.

O principal objetivo da governança em RSAE é gerir o desempenho social, ambiental e climático com base na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAE), que considera, de forma integrada, as dimensões econômica, social, ambiental e climática nos negócios e na relação ética e transparente com as partes interessadas.

Buscando aprimorar os níveis de governança, foi criado, no início de 2021, o Comitê Executivo de Sustentabilidade do BB (Cesus), subordinado ao

Conselho Diretor, que conta com a participação de Vice-Presidentes e Diretores e possui, dentre outros objetivos, decidir sobre o [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#), orientar a implementação de iniciativas de sustentabilidade com potencial impacto nos negócios e definir diretrizes de atuação para o tema.

No final de 2021, foi criado o Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem), com o objetivo de fortalecer a governança corporativa de sustentabilidade do BB. Sua atuação visa avaliar e acompanhar o desempenho sustentável do BB e a efetividade das ações previstas no nosso Plano de Sustentabilidade, além de acompanhar a evolução do tema, buscando identificar oportunidades e riscos, de forma a gerar valor para o Banco do Brasil e seus públicos de interesse.

Seus membros também devem propor e acompanhar a execução de iniciativas que melhorem o desempenho social, ambiental e climático do Banco e assessorar o Conselho de Administração na incorporação e monitoramento da sustentabilidade na estratégia dos negócios e nas práticas administrativas da empresa.

Ainda, em 2022, tivemos a criação do Comitê Executivo de Pessoas, Equidade e Diversidade

(Ceped), responsável e pelo Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão e pelos objetivos e diretrizes relativos a modelos e processos de gestão de pessoas no BB.

Estrategicamente, o tema RSAE é conduzido pela Gerência Executiva Autônoma de Sustentabilidade Empresarial (Gesem), vinculada à Vice-Presidência de Governo e Sustentabilidade Empresarial (Vigov), e os assuntos relacionados ao tema são discutidos no Fórum de Sustentabilidade BB, que reúne alguns executivos do BB e da Fundação Banco do Brasil, para

apoiar o processo de incorporação, alinhamento e disseminação dos princípios e práticas de sustentabilidade do BB e acompanhar as iniciativas relacionadas à sustentabilidade e a implementação das ações previstas na Agenda 30 BB. O Fórum de Sustentabilidade realiza reuniões trimestrais e é subordinado ao Cesus.

Ademais, semestralmente, é realizado reporte ao Conselho de Administração, que apresenta os avanços do BB no âmbito social, ambiental e climático.

Identificação das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático que geram possibilidade de ganhos relevantes para a instituição em diferentes horizontes de tempo

Comprometido em “Ser referência em sustentabilidade, promovendo negócios ASG”²³, o BB incorpora aos negócios, estratégia e gerenciamento de capital aspectos relacionados aos Riscos Social, Ambiental e Climático.

No processo de formulação da Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e do Plano Diretor (PD), que possui periodicidade anual e horizonte de cinco anos, há a participação de diversas áreas na execução de suas etapas – diagnóstico, priorização das incertezas, elaboração de matriz SWOT e cenários, direcionamentos da alta administração, definição dos Objetivos Estratégicos e seus respectivos indicadores e metas.

Na etapa de diagnóstico, realizamos estudos de inteligência competitiva da indústria financeira, análises macroeconômicas, identificação de tendências e incertezas críticas, que podem impactar a atuação presente e futura do Banco, além da avaliação dos fatores de riscos relevantes, que incorpora, dentre

outros, possíveis eventos sociais, ambientais ou climáticos.

Com o objetivo de adotar medidas de mitigação e/ou revisar as estratégias estabelecidas, avaliamos, de forma contínua, os riscos e oportunidades de mudanças nos ambientes de negócios, que contempla, dentre outras, a possibilidade de mudanças sociais, culturais e ambientais, incluindo questões demográficas, mudanças no comportamento de clientes, fatores ASG e condições climáticas ou sanitárias adversas (como, por exemplo, catástrofes e pandemias).

Sob a ótica de oportunidades de negócios ASG, como instrumentos norteadores desenvolvemos o [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#) e os [10 Compromissos do BB com a Sustentabilidade](#).

Para ambos, adotamos os seguintes pilares de sustentação:

²³ Compromisso declarado pelo BB no seu Mapa Estratégico 2023 – 2027.

- **Negócios Sustentáveis**, visa ajudar os clientes do BB na transição para uma carteira mais sustentável;
- **Investimento Responsável**, com o intuito de contribuir para que os investidores do BB direcionem recursos para empresas que entregam externalidades sociais e ambientais positivas;
- **Gestão ESG**, cujo objetivo é aumentar as práticas ESG dentro das atividades internas do banco.

Através da Agenda 30 BB, objetivamos aprimorar negócios e processos, consolidando ações com viés social, ambiental ou climático. Sua revisão é realizada a cada dois anos, a fim de elencar os desafios em sustentabilidade priorizados pela Alta Administração, por meio de ações a serem executadas num período de até três anos.

Apresentamos a seguir os nossos [10 compromissos com a sustentabilidade](#):

Figura 8. 10 Compromissos com a Sustentabilidade



Em específico, no que tange às mudanças climáticas, o Banco do Brasil está ciente, não só da relevância e urgência desse tema, mas também do papel fundamental que desempenha no engajamento junto à governos, setor privado e sociedade. E, através do [Compromisso do Banco do Brasil com as Mudanças Climáticas](#), buscamos fortalecer nosso empenho e o fomento à agricultura de baixo carbono, à promoção de energias renováveis no país e a projetos sociais, com foco no desenvolvimento produtivo, no empreendedorismo e na inclusão social e financeira.

Nesse sentido, o Banco do Brasil vem empenhando esforços e desenvolvendo produtos e serviços relacionados as seguintes oportunidades:

Mercado de Carbono (Aspecto Climático)

Através de uma estratégia de atuação robusta e completa, o BB se propõe a exercer um papel transformador na sociedade, mostrando aos clientes que investir em projetos sustentáveis no Mercado de Carbono é uma excelente opção para quem deseja estimular um ambiente de negócios que considera

resultados financeiros e o impacto positivo na sociedade e no meio ambiente.

Para apoiar as empresas que vêm assumindo voluntariamente o compromisso de neutralizar as emissões em sua jornada de descarbonização, identificamos oportunidades de atuação para o BB considerando três pilares:

- a) Estratégia Climática: financiar a adoção de práticas de mitigação;
- b) Redução de Emissões: assessorar a elaboração de inventários de emissões, financiar a transição para uma economia de neutralidade de carbono, intermediar a compensação com créditos de carbono e segurar projetos produtivos que minimizem a pegada de gases de efeito estufa;
- c) Compensação de Carbono (*Carbon Offset*): desenvolver projetos e mercados de carbono.

Em parceria com a Petrobras e com o apoio institucional do Banco Central e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o BB reuniu em maio de 2022, algumas das principais lideranças empresariais, políticas e ambientais do Brasil e do mundo, no Rio de Janeiro, para discutir o tema no Congresso Mercado Global de Carbono – Descarbonização & Investimentos Verdes. Nesta oportunidade, foram apresentadas estratégias corporativas, projetos e cases para impulsionar os negócios verdes, com foco em inovações e modelos que promovam o mercado de carbono no Brasil.

Durante o evento, o BB anunciou um conjunto de iniciativas para apoiar nossos clientes na originação, desenvolvimento e negociação de créditos de carbono.

Na frente de originação, o apoio a produtores rurais irá desde a identificação do potencial da área até conclusão final do projeto e a geração de créditos, seguindo metodologias internacionalmente reconhecidas e validadas. Tudo isso acontecerá por meio de parcerias estabelecidas pelo Banco com empresas e startups

especializadas em projetos de geração de créditos de carbono.

Na frente de negociação, o BB visa intermediar a negociação de créditos de carbono, possibilitando a viabilização de negócios e a impulsão ao desenvolvimento desse mercado, beneficiando tanto o lado comprador de créditos, representado por empresas e instituições que desejam neutralizar suas emissões, quanto o lado ofertante de créditos, que pode contar inclusive com os clientes que participarem do programa de originação.

Além disso, para tornar esse mercado mais acessível a pequenos produtores, que necessitam de mais apoio para entrar neste mercado, o Banco do Brasil se comprometeu a desenvolver novas tecnologias de automatização para as metodologias de crédito de carbono existentes.

Finanças Sustentáveis (Aspectos Social, Ambiental e Climático)

Em outubro de 2020, o BB aprovou seu modelo de Finanças Sustentáveis, que estabelece parâmetros e gestão para a captação de recursos para projetos classificados como sustentáveis no mercado global. Os recursos de captações deste tipo, podem ser usados para financiar projetos capazes de oferecer retornos financeiros e atrelados a benefícios Sociais, Ambientais, Climáticos e de Governança.

O processo teve início com o Acordo de Cooperação Técnica e Financeira entre o Banco do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e contou com o apoio técnico da consultoria Sitawi Finanças do Bem, resultando na elaboração do "[Framework de Finanças Sustentáveis](#)", cujas categorias Verde e Social são contempladas. A possibilidade de alavancar projetos relacionados à agricultura de baixo carbono o diferencia dentre aqueles disponíveis no mercado.

Em novembro de 2021, o modelo foi atualizado e dentre os principais avanços destaca-se a inclusão das categorias: Eficiência Energética; Edifícios Verdes; Transporte Limpo e Gerenciamento Sustentável de Resíduos e Efluentes; além da modalidade social, nas captações via empréstimo.

Captações Sustentáveis (Aspectos Social, Ambiental e Climático)

Como resultado da nova versão do [Framework de Finanças Sustentáveis](#), o BB concluiu, em janeiro de 2022, a emissão do seu primeiro *Social Bond* no mercado internacional de dívida. Com valor de US\$ 500 milhões, a captação visa o fomento de projetos com impacto social positivo e, principalmente, o apoio às micro e pequenas empresas para superar os desafios impostos pela pandemia.

Buscando ampliar as fontes de captação de recursos, foi ofertada, durante o ano de 2022, a BB LCA Verde, pela qual os recursos captados são direcionados exclusivamente para linhas de crédito que atendam a critérios Ambientais, Sociais, Climáticos e de Governança, com foco na redução do efeito estufa, recuperação de pastagens, energia renovável e operações voltadas à agricultura familiar.

Junto ao *New Development Bank* (NDB), o banco dos Brics, foi realizada uma captação de US\$ 300 milhões para fomentar o financiamento de projetos voltados para energia renovável, armazenamento, transporte, irrigação dentre outros projetos que possam estar alinhados com a agenda sustentável do BB ou que tenham critérios de elegibilidade acordados entre o BB e o NDB.

Já, com a Agência de Desenvolvimento Francesa (AFD), foi assinado, em junho de 2022, contrato que disponibiliza o empréstimo de 100 milhões de euros, que deverão ser destinados ao financiamento de projetos de energia renovável, em apoio aos compromissos da Agenda 2030.

O fomento a energias renováveis, além de contribuir para a redução da emissão de GEE, é um importante gerador de emprego e renda em sua cadeia produtiva, sendo que para os € 100 milhões investidos, cerca de 3.100 empregos serão gerados e, aproximadamente, 113 mil toneladas de CO₂ deixarão de ser geradas por ano.

Negócios Sustentáveis (Aspectos Social, Ambiental e Climático)

Durante o ano de 2021, o Banco efetuou a análise das linhas de crédito que possuíam algum tipo de adicionalidade social e ambiental e propôs a criação da Carteira de Negócios Sustentáveis.

O resultado do trabalho foi submetido à avaliação independente da Sitawi Finanças do Bem, importante e reconhecida organização brasileira, que classificou as operações de acordo com a sua contribuição para a sustentabilidade e reafirmou em seu parecer a contribuição majoritariamente transformacional da carteira.

A identificação das linhas de crédito elegíveis para compor a Carteira de Negócios Sustentáveis do BB é baseada na metodologia desenvolvida pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e publicada no estudo [“Mensurando Recursos Financeiros Alocados em Economia Verde”](#), e também no *Framework de Finanças Sustentáveis* do Banco do Brasil, elaborado conforme os principais padrões internacionais, a exemplo dos Princípios para Títulos Verdes (*Green Bond Principles – GBP*) e Princípios para Títulos Sociais (*Social Bond Principles – SBP*), dentre outros.

Em dezembro de 2022, a Carteira de Negócios Sustentáveis do BB apresentou um saldo de R\$ 327,3 bilhões. Ela é constituída por operações de crédito relacionadas a investimentos e empréstimos para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção sustentável, transporte sustentável, turismo sustentável, água, pesca, floresta, agricultura

sustentável e gestão de resíduos. Também são consideradas as empresas receptoras dos créditos que estejam inseridas em segmentos cuja atuação gera impactos sociais e ambientais transformacionais efetivos.

A seguir, temos o detalhamento das modalidades de financiamentos considerados na carteira:

Figura 9. Carteira de Negócios Sustentáveis



Agricultura de Baixo Carbono (Aspectos Ambiental e Climático)

O Banco apoia iniciativas voltadas à mitigação, como o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC), que representa oportunidade tanto para o BB como para os produtores rurais.

O Programa ABC possui potencial para contribuir com o atingimento das metas ambientais do Acordo de Paris (NDCs). Seu papel é especialmente relevante, já que o Brasil apresentou metas não condicionadas ao recebimento de recursos internacionais, o que justifica ainda mais a necessidade de seu fortalecimento e

alinhamento aos objetivos de mitigação de emissões de gases de efeito estufa.

Desde seu lançamento, em 2010, o BB vem liderando a iniciativa, que financia sistemas sustentáveis de produção agropecuária, com capacidade reconhecida de reduzir ou sequestrar emissões de GEE e promover a produção de vegetação/biomassa e de alimentos, bem como a preservação do meio ambiente.

Em dezembro de 2022, a carteira do Programa de Agricultura de Baixo Carbono do Banco do Brasil atingiu R\$ 8,69 bilhões consolidando o seu crescimento ao longo dos anos.

**Tabela 9.** Evolução da carteira do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) – R\$ bilhões

Linhas de Financiamento	Dez/20	Mar/21	Jun/21	Set/21	Dez/21	Mar/22	Jun/22	Set/22	Dez/22
1 ABC Recuperação	3,40	3,26	3,04	3,56	3,58	3,50	3,35	3,85	3,87
2 ABC Orgânico	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
3 ABC Plantio Direto	2,16	2,12	2,02	2,42	2,52	2,50	2,44	3,17	3,36
4 ABC Integração	0,29	0,27	0,26	0,25	0,30	0,29	0,28	0,32	0,36
5 ABC Florestas	0,85	0,83	0,78	0,80	0,78	0,74	0,70	0,73	0,70
6 ABC Ambiental	0,10	0,10	0,09	0,13	0,18	0,19	0,19	0,20	0,20
7 ABC Tratamento de Dejetos	0,04	0,03	0,03	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,05
8 ABC Dendê	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9 ABC Fixação	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,09	0,13
10 ABC Cultivos Permanentes	0,01	0,01	0,05	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Subtotal	6,86	6,64	6,30	7,23	7,43	7,30	7,03	8,42	8,69